



CENTRO UNIVERSITARIO DE BRASÍLIA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

***INTEGRAÇÃO REGIONAL E AS ORGANIZAÇÕES
PÓS-MODERNAS***

RODRIGO FAUGUET FIGUEIREDO

Brasília / DF
2004

RODRIGO FAUGUET FIGUEIREDO

***INTEGRAÇÃO REGIONAL E AS ORGANIZAÇÕES PÓS-
MODERNAS***

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do Curso de Bacharelado
em Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília – UNICEUB

Orientador: Prof. Cláudio Ferreira

Brasília, Junho de 2004

Agradeço

Imensamente a minha família e amigos, que estiveram sempre presentes, com atenção e compreensão, nas dificuldades que encontrei ao longo da elaboração deste trabalho.

Aos orientadores que participaram desta pesquisa, Renata Rosa, Cláudio Ferreira e Arthur Trindade, que me ofereceram sábios conselhos e várias referências bibliográficas pelas quais criei apego e grande interesse.

*“can we walk in where, into another new year
Just to cast away the guns, or to have the time again
you said hold on to dreams, but I know you don’t try
cuz your innocent I know, that you will survive
in a clear morning, when the rain have left the sky”*

Hood

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa sobre processos de reorganização social na modernidade. Da transformação das tradições aos sistemas modernos, a abordagem se estende desde os sistemas sociais e o papel do Estado aos processos de integração. A pesquisa é uma análise recente sobre a globalização, a internacionalização da cultura, dos meios de vida, dos avanços na tecnologia da comunicação e da funcionalidade das entidades internacionais.

ABSTRACT

This work is a research about the processes of modern social reorganization. From the transformation of tradition to modern systems, the approach goes to the social systems and the representative view of the State to processes of integration. The research is a recent analysis about globalization, internationalized culture and ways of life, communication technologies and the functions of international organisms.

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
INTRODUÇÃO.....	07
I. A TRANSFORMAÇÃO DAS TRADIÇÕES.....	09
1.1.As tradições.....	10
1.2.A transformação da identidade.....	11
1.3. A transformação das organizações.....	13
1.4. Conhecimento e reflexividade.....	14
1.5. Riscos, confiança e segurança.....	17
1.6. A comunidade.....	18
1.7. Tempo e espaço.....	18
1.8. Organizações e sistemas sociais.....	21
1.8.1. O desencaixe.....	21
1.8.2. Fichas simbólicas.....	22
1.8.3. Sistemas peritos.....	23
1.8.4. Sistemas abstratos.....	24
II. GLOBALIZAÇÃO, NACIONALISMO E CULTURA.....	25
2.1.Sobre a identidade.....	25
2.2. O papel das tradições.....	26
2.3. A dinâmica dos processos de integração.....	26
2.3.1. Os Céticos.....	27
2.3.2. O Globalismo	29
2.4. Uma Análise Crítica	31
2.5. Modernidade.....	31
2.6. Nacionalismo e Etnia.....	32
III. ESTADO NACIONAL E A INTEGRAÇÃO REGIONAL	34
3.1. O Papel dos Estados Nacionais	34
3.2. As Organizações Internacionais	35
3.3. A Integração Regional	37
3.4. A União Européia	38
CONCLUSÃO.....	40
BIBLIOGRAFIA.....	43

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu com a percepção de que as dificuldades mais visíveis nos processos reorganizacionais contemporâneos, em específico nas relações internacionais, estão diretamente relacionados à falta de consenso entre os atores mais influentes na transformação global. São estes os atores responsáveis pela elaboração de políticas normativas quanto à integração econômica, a questões ambientais, ao desenvolvimento social e ao respeito dos direitos humanos. Papéis representados pelas organizações internacionais, do Estado, das instituições corporativas empresariais e da sociedade civil.

Entende-se que as dificuldades estão relacionadas em grande parte às divergências de interesses e concepções de uma melhor e sustentável perspectiva para o futuro. A pesquisa analítica procura abordar temas mais recentes, relacionados aos valores e interesses, individuais e coletivos, que por vezes parecem atuar incoerentemente com objetivos comuns.

Mesmo contando com avaliações da teoria de diálogo nas relações de integração e interdependência entre os Estados, é notável que o processo de globalização apresenta uma severa falibilidade ao tratar de questões relacionadas aos processos de miscigenação e diversificação de valores e das tradições em contato. Analisa-se esta questão em diversas esferas do poder, do Estado, das relações econômicas e do papel das instituições internacionais, uma vez que questões de poder emergem de quaisquer manifestações de conflito.

Considera-se fundamental o estudo das tradições, que por sua vez se relacionam com a modernidade renovando e transformando novos paradigmas. Supõe-se que seja um tema a ser abordado antes que quaisquer tentativas políticas de desenvolvimento criem condições ineficazes e negativas ao âmbito pós-moderno das relações entre as nações.

Os processos de integração lidam fatidicamente com as divergências e inclinações tendenciosas de dominação e consolidação dos atores no cenário

internacional da atualidade. Propõe-se perguntas sobre o que é este novo ambiente social, étnico-político, e das redefinições do mercado e da modernização tecnológica.

O primeiro capítulo procura avaliar em campos íntimos e comunitários o advento da modernidade e suas conseqüências. Como os novos ambientes econômicos e políticos criam e renovam os ambientes sociais e psicológicos, e como inversamente são também influenciados pelos primeiros. A avaliação destes conceitos é uma maneira de explorar os efeitos do processo de globalização econômica e as contradições que definem a sociedade mundial no presente espaço de tempo.

O segundo capítulo é destinado a avaliar os conceitos de capitalismo global e processos de integração, visto que são constantes referências no debate sobre as articulações políticas, tanto em âmbito nacional como internacional. Acreditamos que os esforços políticos devem estar direcionados em um sentido de atualizar e representar os interesses do Estado e nas suas relações supra-nacionais, e encaixá-los em conformidade com as condições regentes das relações econômicas e políticas vigentes na realidade contemporânea.

A modernidade vivencia um momento de crise, de reconstrução de paradigmas nas ciências sociais e econômicas, e na escolha das referências deve seguir uma síntese das propostas teóricas supostamente divergentes e em conflito, e das competições e superações de teorias contemporâneas e clássicas.

Há a relevância por uma constante referência de um autor em específico, o sociólogo e pesquisador Antony Giddens. Retoma-se diversas vezes suas abordagens sobre o tema uma vez que suas obras contêm grande parte das apresentações sobre o contexto da modernidade e da transformação das tradições nos discursos contemporâneos. Acredita-se em fim que sua grande relevância sobre este tema em específico ratifique o motivo da constante referência de suas obras.

CAPÍTULO I

A TRANSFORMAÇÃO DAS TRADIÇÕES

O primeiro capítulo apresenta uma pesquisa de debate teórico a respeito do advento da modernidade das suas conseqüências na transformação das práticas sociais. Segundo Giddens (1991, p. 43), “*Um contraste com a tradição é inerente à idéia de modernidade*”.

A modernidade interage diretamente com uma situação de mudança de paradigmas e de transformação das tradições em contextos sociais. Uma idéia de contraste entre moderno e tradicional é comumente apresentada para distinguir as organizações sociais contemporâneas de organizações antecessoras. Entretanto, moderno e tradicional estão presentes em todas as formas de organizações contemporâneas, e interagem sob o mesmo plano.

A primeira pergunta a ser colocada é “o que é moderno?” Desde a revolução industrial na Europa no séc. XVIII o termo modernização sugere processos de desenvolvimento de fabricação e produção de equipamentos e de utilidades materiais. Mais adiante, o processo se estende a ambientes não matérias, como a modernização organizacional ou a modernização virtual, implicando o mesmo significado.

A ordem capitalista de produção que se sustenta predominante desde o fim da guerra fria e cuja dinâmica oferece constantes transformações nos processos de produção, implica também que seus impactos ao longo do tempo nas transformações modernas se estendam para além das relações sociais. A necessidade de modernização de aparatos tecnológicos é intrínseca e inerente a este sistema de produção. A ordem organizacional exige, portanto, constantes processos de renovação dos meios de produção e sobre a base tecnocientífica que compõe a sua estrutura, e se estende à renovação e ampliação dos mercados nos quais se inserem.

Acompanham este processo de desenvolvimento surgem mercados inteiramente novos, ou modernos, e os processos de produção passam a ser tão seccionáveis que em muitas circunstâncias caracterizam até mesmo uma extensão dos contextos da vida local a outras regiões. Os reflexos sobre as práticas sociais

decorrentes da modernização dessa profusão tecnológica encontram-se nas mais diversas apresentações, e em quaisquer regiões do globo, em forma de miscigenação de qualidades supostamente pertencentes unicamente a contextos locais.

A ordem capitalista ofereceu a modernidade uma notável abrangência por escolhas e decisões, na vida comunitária como na individual em particular. Tomar decisões, e em maiores proporções no contexto da modernidade, implica racionalmente na avaliação de riscos e oportunidades. O conhecimento sobre os riscos, a segurança ontológica e a confiança nas organizações são assuntos de grande relevância para analisar as consequências dos processos de integração e da transformação das tradições. Uma vez que o risco e a confiança interagem diretamente com as tomadas de decisões, individuais ou comunitárias, e tem reflexo direto na transformação das práticas e organizações sociais. Tomadas de decisões exigem uma reflexão constante e atenção às oscilações que impulsionam a modernização, de forma a condicioná-la para um novo reencaixe, mais benéfico para os diferentes mundos em contato.

1.1. As tradições

O que é uma tradição?

“A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo esses por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes”. (Giddens: 1991, pg. 35).

As tradições são herdadas de um contexto específico, local e temporal. São transmitidos por gerações por mecanismos de passagem, como a linguagem, práticas comunitárias, simbologias, modelos de organização, consequências históricas de passadas ações políticas e cívicas, etc.

“A tradição pode ser justificada, mas apenas à luz do conhecimento, o que por sua vez, não é autenticado pela tradição. Combinado com a inércia do hábito, isso significa que, mesmo na mais modernizada das sociedades, a tradição continua a desempenhar um papel”(Giddens: 1991, pg. 43)

A constituição das tradições está diretamente vinculada às práticas sociais recorrentes. As práticas sociais presentes foram herdadas de um contexto histórico, específico ou não, e retransmitidos por mecanismos de integração social. As tradições são basicamente reconhecidas nas ações sociais recorrentes de comunidades específicas, e que por sua existência em tempo passado, assume impreterivelmente alguma forma de atuação sobre as práticas contemporâneas.

Pode-se distinguir costumes e tradições.

“A tradição neste sentido deve ser claramente distinguida de costume, que domina as assim chamadas sociedades tradicionais. O objeto e característicos das tradições, reais ou inventadas, se referem à imposição de práticas, assim como a repetição... e práticas ritualizadas ao redor de suas ações substanciais” (Hobsbawm: 2000, pg. 3).

Os costumes são práticas sociais incorporadas nas relações comunitárias, específicas em seu tempo e localidade, e encontradas na repetição de ações comuns recorrentes entre seus integrantes. Por sua vez, as tradições possuem um caráter normativo, e transcendem uma realidade temporal e local específicas. São retransmitidas por via do conhecimento de gerações antecessoras, e novamente encaixadas nas práticas sociais contemporâneas, de forma a impulsionar as ações e comportamentos coletivos.

1.2. A transformação da identidade

As definições de identidade são, por si próprias, envolvidas por considerações pessoais próprias, e dificilmente expostas de maneiras conclusiva e acertada. Algumas considerações, no entanto, parecem fazer parte de todo processo de construção identitária de forma clara.

Um ator social constrói, ao longo da vida, significados cômodos ou intrínsecos ao seu auto-reconhecimento por atributos culturais e ou sociais. O termo contém em si a idéia de semelhança e diferença, ou um significado de idêntico ou não aos outros, e aquilo que o torna único numa coletividade. Um ator inserido em uma coletividade pode, no entanto, apresentar identidades múltiplas ou transitórias, decorrentes da diferenciação a longo do tempo da interpretação do que ele é em relação aos outros, dentro de uma coletividade.

Considera-se que a identidade possui um caráter dualista, construída via movimentos de assimilação e diferenciação. Essa construção se baseia em uma percepção de características comuns aos outros e de consensos internos do indivíduo a sua desejada e viável forma de encaixe nas relações sociais.

A segunda pergunta que propõe-se é “Que influência nas transformações sociais modernas é resultante das transformações sobre a formação da identidade?”. As transformações nas práticas sociais são intimamente vinculadas à formação da identidade, por que?

Em grande parte, a psicologia associa a identidade ao desenvolvimento do pensamento cognitivo e sua reflexão nas ações do indivíduo. São pautadas por relações íntimas entre o eu e contextos externos ao eu. Considerações sociológicas, por outro ângulo, manifestam sugestões de que a formação da identidade está intimamente relacionada aos contextos de coletividade. A identidade seria, em abordagens mais simplificadas, constituída por uma interação entre os diversos os papéis que identificam os atores sociais e do reflexo das suas ações sobre o contexto no qual estão inseridos. Os papéis aos quais estes se referem fazem parte de uma estrutura constitutiva e cognitiva dos indivíduos. São determinados por sua função social na vida adulta e por qualidades intrínsecas de sua criação. O papel de pai ou advogado ou seu reconhecimento como cidadão de determinado país são exemplos desses papéis.

Uma hierarquia de valores sobre estes papéis possui um sentido de autodeterminação de um indivíduo em relação a um outro. É supor, por exemplo, que o papel de pai é mais importante, ou que impreterivelmente tomará prioridade em todas as suas decisões sobre o papel de jogador de tênis. No contexto da modernidade tal consideração se torna invariavelmente desassociativa. Nas relações sociais modernas, constantes trocas e reflexos das ações dos indivíduos em contextos externos a si dinamizam profundamente a monitoração do seu comportamento. Portanto, os padrões de hierarquia entre papéis no âmbito individual estão, na prática, vinculados a um processo de transformação normativa, contida nas tradições e nos costumes, e impassíveis de adquirirem algum tipo de hierarquia predominante ou imutável, ao menos no âmbito da modernidade.

Dentro deste contexto, podem-se analisar relações de intimidade dos indivíduos com a sua identidade e seus valores. O interesse desta análise é propor uma

real e nítida perspectiva de relações locais dos indivíduos com comunidades alheias, e como deverão se portar em um distante contexto historicamente familiar a ele.

Por exemplo, imagina-se quais são os possíveis choques cognitivos em uma pessoa que pertenceu a uma comunidade interativamente patriarcal, e que ao longo da vida se manteve sempre em seu contexto local específico. Esta pessoa, ao mover-se para uma comunidade cosmopolita, sem uma integração direta, ou mesmo ausente de valores primariamente patriarcais, poderá integrar-se na vida adulta de forma a assimilar os valores e modos de vida da sua nova realidade contextual local? É correto ou não afirmar que algumas formas de valores podem tomar alguma sobreposição sobre outras?

A questão é inteiramente sensível, a adaptação sugere em si uma diluição da sua forma de vida e de seus valores intrínsecos antigos, e uma busca pela sustentação de seus valores primariamente cultivados, ou de alguma forma renegar sua origem em prol de uma integração mais homogênea e cômoda no meio local.

As comunidades, no entanto, estão envoltas de uma forma de organização intrínseca e particular, com diretivas e normas impassíveis de serem rejeitadas por quem quer que faça parte dessa organização. O conhecimento e as tradições legitimam aqui, neste ângulo, a organização via seus modos de vida.

1.3. A Transformação das Organizações

“Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contém e perpetua a experiência de gerações”. (Giddens: 2002, p. 44).

A estrutura do conhecimento é herdada de um contexto histórico próprio de seu tempo, e que carrega de valores institucionalizados por práticas tradicionais de gerações passadas. Através de alguns mecanismos de passagem, como a linguagem, por exemplo, a reavaliação do conhecimento em contextos pós-tradicionais sofre uma refração desses valores antigos sobre as novas práticas sociais. Sobre a concepção do conhecimento na modernidade, e que é responsável pelas transformações das organizações sociais, sua construção vai encontrar aqui caráter intrinsecamente reflexivo. Sobre os sistemas sociais, analisa-se também mais adiante uma reorganização das novas relações entre tempo e espaço.

Os sistemas e organizações sociais podem ser distinguidos. Os sistemas dizem respeito diretamente às relações entre os atores, enquanto as organizações são características próprias do funcionamento de uma comunidade em específico. São duas constantes atuantes sobre o meio social, em diferentes contextos. Os sistemas estão relacionados com a confiança dos indivíduos nas suas relações com atores da sociedade, enquanto a confiança nas organizações esta ligada à normativa implícita sobre seus contextos, crenças e tradições.

A estrutura tecnológica material desenvolvida nas ultimas décadas possibilitou um grande avanço na agilidade e no barateamento dos meios de comunicação. A apologia à sociedade do conhecimento ou sociedade da informação são determinações específicas dos efeitos transacionais da informação.

A interação entre local e global, que ganha maiores proporções ao longo do tempo, estimula consideráveis transformações sobre a realidade local. Encontramos em choque valores, tradições e culturas imersas em realidades extremamente distantes de seus contextos locais próprios, como também a realidade local, menos homogênea, se estenderia para outros ambientes.

A influência da constituição e do caráter social no choque entre as nações interage, em plano político, a um interesse comum pelo bem estar ou pela afirmação de uma forma pertinente de atuação do Estado. O conhecimento das práticas sociais faz parte de todo este processo de transformação e legitimação desta entidade.

1.4. Conhecimento e reflexividade

“A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas a luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim constitutivamente o seu caráter”. (Giddens: 1991, p. 43).

Conhecimento e comportamento estão intimamente relacionados. As práticas sociais recorrentes e a aplicação do conhecimento sobre as formas de organização, não obstante, representa o caráter funcional de uma determinada sociedade como um todo.

“Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si”. (Giddens: 1991 p. 45).

Se adotada uma concepção de que a uma motivação racional por parte dos indivíduos esteja intimamente relacionada a mudança de comportamento, a interpretação sobre dogmas e crenças do passado refletem conseqüentemente a criação de uma nova percepção a respeito de valores tradicionais, e que constroem um caráter especificamente moderno.

Os valores modernos sofrem de uma frágil consistência de comportamentos consensuais. O papel das tradições encontra uma nova funcionalidade nas organizações sociais modernas, e é incorporado na formação da identidade. O que diferencia basicamente a sociedade moderna de sociedades pré-modernas sobre este ponto de vista é que a construção e aplicação do conhecimento, ao assumirem um conteúdo reflexivo na monitoração de suas ações, transformam também a reformulação das práticas sociais, constantemente reavaliadas a luz de informação renovada, e novamente incorporadas no seu comportamento.

A reflexividade, embora não seja uma característica presente apenas na vida moderna, assume em novos tempos uma constituição que está presente na própria construção do conhecimento. Giddens sustenta que a reflexividade apresenta-se na modernidade como característica definidora sobre a concepção do conhecimento, e refratado na organização das práticas sociais modernas. Como conseqüência, as modificações no comportamento fazem com que o papel das tradições assumam um caráter diferente.

“Há um sentido fundamental no qual a reflexividade é característica definidora de toda a ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente se” mantém em contato “com as bases do que fazem como parte integrante do fazer... a ação humana não incorpora cadeias de interações e motivos agregados, mas uma consistente, e nunca passível de ser relaxada, monitoração do comportamento seus contextos”. (Giddens: 1991, p. 54).

A reflexão está no fundamento da reprodução dos sistemas sociais como um todo, e instiga a modernidade uma característica de monitoração reflexiva do comportamento de todos os indivíduos. A continuidade das ações no contexto moderno

significa que a reformulação das práticas sociais acontece em função de conhecimentos reflexivamente aplicados sobre eles mesmos, e constantemente renovados.

Os indivíduos possuem uma relação de crença ou fé nas suas práticas cotidianas e rotineiras como parte integrante de suas ações. A monitoração das ações nas práticas sociais, autenticadas pelas tradições podem, em pouco tempo, serem reavaliadas pela infiltração de informações e conhecimento renovados sobre suas ações.

“A tradição pode ser justificada, mas apenas à luz do conhecimento, o que por sua vez, não é autenticado pela tradição. Combinado com a inércia do hábito, isso significa que, mesmo na mais modernizada das sociedades, a tradição continua a desempenhar um papel”. (Giddens: 2002, p.26).

“A modernidade é essencialmente uma ordem pós-tradicional. A transformação de tempo e do espaço, em conjunto com os mecanismos de desencaixe, afasta vida social da influência de práticas e preceitos preestabelecidos. Esse é o contexto da consumada reflexividade, que é a terceira maior influência sobre o dinamismo das instituições modernas”. (Giddens: 2002, p. 57).

A organização social passa a ter um efeito normativo não legitimado pelas tradições nas praticas sociais, e influenciadas pelo conhecimento interativo de atores não presentes em suas realidades contextuais.

“A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas a luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim constitutivamente o seu caráter”. (Giddens, 1991, p.43).

Das inúmeras implicações dos processos de integração sobre a realidade local, algumas são inerentes ao processo natural do desenvolvimento capitalista. As práticas locais se incorporam em uma extensão espacial e durações temporais externas de seu próprio contexto, movido em grande parte pelos avanços tecnológicos dos meios de comunicação. A diferença de contexto de uma comunidade ou nação local nas sociedades modernas em relação às sociedades tradicionais é que essa possui uma grande miscigenação de qualidades características dos povos e comunidades distantes, e têm diluído uma homogeneidade característica das gerações antecessoras.

A tecnologia da informação induz à globalização de uma economia do conhecimento, o que, combinando-se com aspectos mais amplos do processo, impulsiona mudanças na natureza das atividades econômicas, políticas e culturais das comunidades.

1.5. Riscos, Confiança e Segurança

Com frequência somos atentados por escolhas. No âmbito individual, as escolhas se referem à continuidade e a estilos de vida. Optar pela prática de determinado esporte ou pela compra de determinado equipamento de trabalho, por exemplo, são tomadas de decisões cotidianas recorrentes no âmbito individual. Pode-se considerar igualmente decisões não cotidianas, que manifestam uma maior necessidade de reflexão, como a escolha por uma relação matrimonial ou uma mudança definitiva de localidade. São decisões de maior risco, ou que possuem implicações de maiores consequências.

A diversificação dos estilos e das práticas sociais esteve sempre de alguma maneira interligada a ordem de produção regente. Os processos capitalistas de modernização, e inerentemente, seu expansionismo a nível global, fortificam os processos de integração que vem tomando maiores proporções na continuidade do tempo. Como consequência, determinadas realidades se estendem para muito além do contexto local ao qual pertencem a priori, e são incorporadas ao conhecimento dos indivíduos em localidades distantes. O contexto local por si só estabelece condições determinantes às decisões relativas as comunidades locais. As decisões de interesse comum local exigem uma atenção para a segurança e para a confiança por parte dos seus integrantes, e estão vinculadas aos riscos que fazem parte da atenção de todos ou de grande parte dos indivíduos inseridos em determinadas organizações sociais.

Por exemplo, a possibilidade de desastres naturais como maremotos sobre cidades costeiras geograficamente vulneráveis, ou problemas na distribuição de energia de um determinado município são riscos aos quais todos ou grande parte dos indivíduos presentes nestas localidades estão à mercê. São riscos que supostamente fazem parte do interesse de todos, ou quase todos os indivíduos inseridos na comunidade local.

“A confiança está relacionada à ausência no tempo e no espaço. Não haveria necessidade de se confiar em alguém cujas atividades fossem visíveis e cujos processos de pensamento fossem transparentes, ou cujos procedimentos fossem inteiramente conhecidos e compreendidos... a condição principal de requisitos para a confiança não é a falta de poder, mas a falta de informação plena” (Giddens, 1991, p. 40).

A confiança e o risco influenciam em todas as tomadas de decisões, tanto no âmbito individual como coletivo. Uma necessidade de segurança ontológica está obviamente relacionada às questões de confiança. A confiança na fidedignidade de objetos externos a pessoa esta baseada em uma relação de fé, natural e inerente a sustentação existencial dos seres humanos. A confiança é uma necessidade psicopatológica de caráter persistente e recorrente em todas as suas ações.

1.6. A comunidade

“Uma tendência de renovação social e material de grupos, em bairros, pequenas cidades e outras áreas locais mais amplas. A elevação do nível de auto-organização indica a condição reflexiva de uma sociedade, e isso revelaria a inexistência de "fronteiras permanentes" entre governo (ou Estado) e sociedade civil (Castells, 2000, p. 2).

Uma comunidade constitui relações de trocas e confiança em atores presentes e atuantes sobre suas organização. As relações sociais são pensadas sempre em termos de escolhas e de decisões que se processam num intercâmbio de habilidades e recursos e numa relação de equilíbrio entre risco e confiança. Na suas colocações sobre as conseqüências da modernidade, o pesquisador Antony Giddens relaciona os mecanismos de organização social e as relações tempo espaciais na modernidade em formas convergentes.

1.7. Tempo e Espaço

A marcação do tempo é um mecanismo atuante sobre todas as organizações social, direta ou indiretamente. O sistema de marcação temporal refere-se à institucionalização de um padrão reconhecido universalmente pelos indivíduos, representado pelo calendário ou pela marcação do tempo em horas e segundos nos

relógios. O conhecimento dos signos relativos ao tempo e espaço está vinculada com este mecanismo presente em todas as formas de organizações sociais.

Esse mecanismo possibilita, por exemplo, que um vendedor possa estabelecer um horário de trabalho combinado ao conhecimento das pessoas que se deslocam àquele local durante este intervalo de tempo, e estabelecerem uma relação comercial. Ou, como outro exemplo, organizar-se para estar presente em determinada hora e local para utilizar um transporte público. A utilização deste padrão é aplicada em quase todos os campos de relações sociais, como nas implicações normativas contratuais ou mesmo nas definições de encontros sociais presenciais, vinculando determinados tempo e localidade.

Estes exemplos demonstram encaixes das atividades sociais em relações de localidade e marcação do tempo. Alguns mecanismos simbólicos sustentam as bases deste modo organização. Contamos com a utilização de padrões simbólicos transmitidos por gerações, como exemplificado acima, pelo calendário e o relógio. Possuímos também simbologias estruturais, como relações dos dias da semana com atividades sociais.

Os mecanismos de marcação do tempo são acessíveis ao conhecimento de qualquer indivíduo presente em organizações sociais, e utilizados por quase todos nas relações sociais em âmbito mundial. Os padrões universais definidos nas organizações são legitimados pelo seu conhecimento comum a todos. Na continuidade da história e no advento da modernidade, no entanto, estamos modificamos intimamente a relação de confiança nos padrões dessas organizações. Porque?

As definições de compromissos, prazos e previsões estão encaixadas e sustentadas por símbolos de organizações sociais pré-modernas. Com a continuidade dos tempos e a transformações das tradições, elas foram tiradas de sua natureza local específica, e reincorporadas em distantes contextos tempo espaciais. O conhecimento destes mecanismos por sua vez foi construído na modernidade com uma representatividade diferente. A reavaliação do conhecimento dos padrões pré-modernos no âmbito da modernidade conta com um processo de reflexão incorporado na construção do seu conhecimento.

Segundo nos coloca Giddens a “*reflexividade está incorporada na própria base da construção do conhecimento*”. (Giddens: 1991, 46).

A diferença entre as relações sociais modernas e pré-modernas na interpretação dos símbolos e da integridade destes padrões é ressaltada pelos efeitos reflexivos na construção do conhecimento. Uma das conseqüências resultantes dos processos de globalização é a renovação de interpretações sobre as simbologias locais e distantes, e determinantes a reorganização social local. Em toda sua extensão, até que ponto a universalização de padrões é conveniente, ou relativamente incorporadas e legitimadas com êxito em seus novos contextos.

A construção da linguagem, por exemplo, é um mecanismo que possibilita a transmissão de conhecimento entre nações e gerações. A interpretação dos símbolos lingüísticos é sustentada por uma estrutura de linguagem gerada em um contexto local próprio, e ao ser retransmitida a contextos externos é reinterpretada sobre diferentes estruturas de linguagem. Mesmo com uma tradução literal entre as linguagens, dificilmente somos capazes de retransmitir com plena fidelidade pressupostos construídos a partir de sua estrutura original. O arcabouço de sinônimos entre vocabulários e as traduções sintáticas são instrumentos cognitivamente legíveis, mas por vezes ineficazes para exercer uma real perspectiva sobre a construção do conhecimento alheio à realidade local. Uma vez incorporados na cognição dos indivíduos, a interpretação baseada nesta estrutura será utilizada na própria criação do seu conhecimento, e desassociada da sua construção original.

“Os membros têm uma identidade sociocultural comum, isso é, compartilham a compreensão, explícita ou implícita, de uma cultura, tradição, língua e pátria distantes e constitui uma (se não a) base (reconhecida ou não) de suas atividades” (Held, 2000 , p. 21).

A construção do conhecimento dos povos é proveniente de um contexto local próprio, mas existem fatidicamente conhecimentos que são comuns a todos. Conhecemos delimitações e zoneamentos territoriais bem definidos em um plano internacional, e identificados pelo status de Estados-nação. Cada um deles está global e popularmente associado a suas qualidades intrínsecas próprias, inclusive por indivíduos não presentes nos contextos locais.

Sabe-se, por exemplo, que a língua inglesa é utilizada em quase todo Reino Unido. Porém dificilmente seremos capazes de reconhecer signos específicos originados nas relações sociais locais, de Sydney ou Dublin, por exemplo. Mesmo tendo incorporado o conhecimento estrutural da língua inglesa, a absorção deste tipo de

conhecimento é impassível de ser cognitivamente construído sem uma convivência presencial local.

As associações do conhecimento podem ou não estar relacionada à imersão dos indivíduos em determinada realidade local. Digamos que dois biólogos de diferentes nações são passíveis de comunicarem-se legivelmente sobre informações do desenvolvimento da codificação genética, utilizando-se de instrumentos comuns a quem quer que possua conhecimento tácito de seus processos. No entanto, posso apenas debater com uma pessoa historicamente imersa na minha comunidade local considerações sobre as inclinações políticas do jornal local da minha cidade nos últimos anos, a não ser que algum indivíduo alocal, por motivações antigas e peculiares, possua conhecimento sobre este assunto em particular.

Sobre os conhecimentos internacionais populares, somos capazes de acessar informações relativas à predominância de características locais específicas, a respeito de suas etnias, concepções morais ou qualidades culturais. O conhecimento popular das realidades distantes, todavia, não significa que dividimos a mesma interpretação do conhecimento ou na interpretação dessas informações.

1.8. Organizações e Sistemas internacionais

O sistema internacional de organização entre nações é resultante de um longo contexto histórico, coordenados por relações de forças comparativas econômicas, políticas e sociais entre os Estados. As relações entre as localidades tomam maiores proporções no andamento progressivo do tempo, e se chocam com os interesses comunitários internacionais. Um movimento de compressão espaço temporal na vida moderna remodela toda a funcionalidade das redes local e global, e o papel dos atores inseridos neste contexto. Este efeito pode ser denominado como um desencaixe.

1.8.1. O desencaixe

Para Giddens, “*um deslocamento das relações sociais de contextos locais e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço*” (Giddens: 1991, p. 29).

A marcação do tempo nas organizações sociais acidentais e padronizadas por praticamente por todos os povos em âmbito mundial, possui um caráter primordialmente funcional de organização espaço tempo. A imagem do desencaixe procura demonstrar que ocorre uma “*mudança nos alinhamentos de tempo e espaço*” característica da “*transformação social e para a natureza da modernidade em particular*”. (Giddens: 1991)

A mudança nesses alinhamentos esta associada a alguns mecanismos de desencaixe. São eles, na abordagem de Giddens, as fichas simbólicas e os sistemas peritos.

1.8.2. Fichas simbólicas

Para Giddens, são “*meios de troca que tem um valor padrão, sendo assim intercambiáveis numa pluralidade de contextos*” (Giddens, 1991, p. 34).

O dinheiro talvez seja o exemplo mais eficaz para a compreensão das fichas simbólicas. Nas organizações sociais, a utilização do dinheiro é uma relação de troca entre os atores sobre uma perspectiva de crédito no tempo e espaço. Serviços prestados por um sujeito em troca de dinheiro na verdade transmite uma idéia de “crédito” que deve ser incorporada em relações sociais futuras, passadas ou no presente. Outra ficha simbólica são os sinais de transito. Uma grande estratégia baseada no conhecimento e informações sobre os fluxos de tráfego coordena todo o sistema de sinalização, mas quem quer que os utilize deve ter conhecer o seu significados, e saber que deve respeitar suas associações normativas.

A maior importância do sistema de fichas simbólicas reside no sentido de que o conhecimento necessário para a utilização desses sistemas é extremamente baixo, se comparado à complexidade de mecanismos necessários a sua aplicação e para manter seu funcionamento. Por exemplo, uma complexa organização de segurança e validação do sistema de trocas por via de dinheiro não precisa ser familiar a todos que o utilizam. A estrutura dessa organização que mantém o sistema financeiro e sua validação é um dever de responsabilidade de poucos, e de grande importância para sustentar a confiança dos indivíduos neste sistema. Para validar a aplicação da moeda nos intercâmbios econômicos internos e nos fluxos de capital internacionais, uma gama de organizações financeiras, padrões normativos, lastros de segurança estão constantemente sendo

aplicados e atualizados. Porém, mesmo sem conhecimentos aprofundados deste sistema, qualquer um que tenha prestado serviços ou estabelecido trocas comerciais deve apenas confiar que o pagamento em dinheiro representa que foi conferido crédito ou débito às suas comerciais. O lastro que sustenta e autentica este mecanismo é a confiança dos indivíduos neste mecanismo simbólico, o sistema de trocas de bens e serviços por via de dinheiro.

A utilização de fichas simbólicas é interessante não apenas manter uma organização tempo espacial nas relações sociais como já estão estruturadas, mas é também um mecanismo que simplifica regularmente a realização de operações cotidianas.

1.8.3. Sistemas peritos

Giddens refere-se aos sistemas peritos como “*sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje*”. (Giddens, 1991, p. 35)

Um sistema perito se refere à especialização de conhecimento técnico. A atenção em longo prazo de um indivíduo por determinada área de conhecimento denota a este uma elevada consciência tácita em relação a outros indivíduos leigos. Em geral, a proficiência dos indivíduos esta associada a alguma espécie de legitimação e ou responsabilidade, conferindo crédito e segurança a sua perícia. O vínculo entre perícia e o reconhecimento simbólico social confere, por via da confiança, a uma organização de um sistema perito.

Esse mecanismo de desencaixe está relacionado à forma como são estabelecidos compromissos entre os atores. É possível distinguir o nascimento novos atores, como indivíduos peritos e leigos na vida adulta, em relação a determinado conhecimento tácito ou especialidade. No contexto da modernidade, os indivíduos leigos tornam-se constantemente dependentes de uma relação de fé e crédito no conhecimento de atores perito em meio às relações sociais.

Exemplifica-se com a questão dos médicos. Na análise de exames neurológicos, um paciente credita confiança ao conhecimento e interpretação do ator médico sem possuir competência necessária para atribuir certeza ou qualidade ao seu diagnóstico. A crença e o crédito destinados ao papel do médico como capaz de realizar

tal operação está submetido a uma condição de confiança dos indivíduos sobre os sistemas peritos.

Os indivíduos reconhecem, ou transferem uma fé incondicional ao conhecimento perito de atores sociais de forma incerta, mas confiam que uma estrutura competente atribuiu legitimidade ao ator para exercer determinada função. A confiança neste caso se torna uma aceitação pragmática sobre o sistema de organização no qual está inserido.

1.8.4. Sistemas abstratos

Um sistema abstrato é a vinculação de fichas simbólicas, utilizadas para atribuir valor e legitimidade as ferramentas de organização da sociedade, com um sistema perito, ou excelência de um ator sobre integrações sociais do conhecimento.

No mesmo exemplo, um médico de formação acadêmica certificada e conhecimentos especializados em psiquiatria avaliou, com auxílio de exames, que o tratamento de dores de cabeça de um paciente deveria ser efetuado apenas com analgésicos. Porém peritos de formação diferenciadas, como psicólogos de algum dos galhos da linha comportamental, poderiam receitar que fosse intentada uma reeducação alimentar, mais atividades físicas ou técnicas para alívio de tensões corporais, ou mesmo um homeopata poderia indicar o uso de determinada medicação homeopática, utilizando-se de seus conhecimentos específicos neste campo.

Daí em diante, a decisão do paciente em optar por uma das diversas formas de como pode ser realizado o tratamento representa uma avaliação do indivíduo sobre um sistema abstrato. O sistema abstrato não implica um vínculo do indivíduo com relações de confiança entre os atores, mas relações de crença ou fé em um sistema.

Em conjunto, o desencaixe espaço temporal das relações sociais e a reflexividade e a dinâmica internacionalização do conhecimento representam as condicionantes mais preponderantes a motivação das transformações nas organizações sociais pós-modernas. O desenvolvimento tecnológico e a agilidade no tramite das informações, e conseqüentemente a aplicação do conhecimento nas práticas e organizações, permitem uma nova conciliação e funcionalidade de contextos locais e globais.

CAPÍTULO II

GLOBALIZAÇÃO, NACIONALISMO E CULTURA

O segundo capítulo propõe-se a avaliar as consequências das relações entre a globalização, as transformações culturais e as relações comunitárias e individuais com o nacionalismo. A pesquisa precede alguns temas relativos à globalização que destacam em conjunto uma gama acontecimentos determinantes as qualidades das organizações sociais modernas.

A pesquisa é basicamente focada nos temas de maior amplitude que dizem respeito à globalização. É basicamente uma análise de conceitos de nações, povos, territórios, fronteiras, poder, soberania, sistemas, instituições e organizações.

2.1. Sobre a identidade

Como apresentado no capítulo I a formação da identidade é um instrumento formalmente utilizado para estabelecer uma análise social clara, diretamente associadas às modernas constituições estruturais das organizações.

Os mecanismos de desencaixe, ou as transformações no deslocamento tempo-espacial, resultam de transformações sobre os compromissos locais e da relação entre os atores. Por sua vez, a maior influência de acontecimentos distantes no contexto local transforma não apenas a determinação dos papéis derivados a determinados atores como também a sua representatividade nos sistemas organização nas realidades locais, entrelaçando relações íntimas de confiança, riscos segurança nessas organizações.

“O nacionalismo liberal clássico do séc XIX era o oposto da busca atual de uma definição de identidade grupal através do separatismo. Ele desejava ampliar a escala das unidades humanas sociais”. (Hobsbawm: Um mapa da Questão Nacional 2000, p. 272).

Os aspectos normativos do comportamento dos indivíduos codificados pela tradição nas organizações sociais moderna sofrem, em relação a organizações

tradicionais ou antecessoras, de um efeito reflexivo sob a monitoração de suas ações. Por sua vez, a reflexividade age sobre o caráter normativo implícito nas tradições, e sob o funcionamento cognitivo e da construção do conhecimento na modernidade. Um efeito da velocidade de renovação da informação é aplicado na construção do conhecimento, e reincorporado nas práticas sociais em um curto espaço da continuidade da história.

O desencaixe e a reflexividade agem tanto no comportamento cotidiano prático dos indivíduos como na monitoração constante de suas ações. Relacionados principalmente as transformações na constituição do conhecimento, o deslocamento e a reflexão são, por si só, criadores de interferências diretas do processo de globalização nas organizações locais.

2.2. O papel das tradições

A maior complexidade das relações sociais modernas transforma a forma como as tradições são interpretadas, e como são impulsionadas e motivadas as quebras de paradigmas, e como serão reencaixadas novamente nas organizações sociais. Essas mudanças no contexto das organizações explicam porque as transformações das práticas sociais na sociedade moderna possuem motivações específicas à sua própria conjuntura.

A transferência de fé e os sistemas abstratos se relacionam com a transformação das tradições nas práticas sociais como um todo, e por sua vez, a nova funcionalidade das redes locais e global respondem pelas transformações nas organizações sociais no que diz respeito às relações de confiança, riscos e segurança.

2.3. A dinâmica dos processos de integração

A organização mundial é estruturada em divididos e delimitados Estados-nação, soberanos pela natureza das suas organizações e assim reconhecidos pelo sistema internacional. A tendência fluida dos processos de integração e regionalização, a intensificação das relações de interdependência econômicas e sociais, e a integração política e doutrinária denominam em caráter maior e mais representativa uma demonstração do que pode ser considerado como a globalização.

Pode-se reconhecer a globalização como um processo dinâmico de fluxos entre localidades em quase todas as regiões. São estes auxiliados por uma parafernália

tecnológica que acelera e condensa os processos de transição material e informacional globais, e conseqüentemente os processos de interações econômicas, sociais e culturais são igualmente intensificados. Ao mesmo tempo contribuem ao processo instituições reguladoras e de projeções normativas, e organismos de organização da sociedade civil internacionais.

O desenvolvimento tecnológico material é em grande parte responsável pelas transformações sociais na modernidade. O tramite e acesso do conhecimento sobre hábitos, cultura e estilos de vida de contextos distantes a construção do sistema de organização local possui um caráter dinâmico e reflexivo, ou de refração constante das influências distantes. Esta condição estimula principalmente aos internacionalistas, sociólogos e antropólogos a questionar-se sobre um possível efeito de diluição de valores tradicionais, nacionalistas, étnicos e culturais nas novas organizações sociais.

Duas correntes supostamente contrastantes e de maior amplitude dividiram os teóricos contemporâneos das ciências humanas nas considerações quanto aos processos de integração.

2.3.1. Os Céticos

Sugerem a sustentação de ceticismo e assertividade nas transformações sociais. Para estes temos nos encontramos num universo de hiper realidade da vida social, e que tomadas de decisões podem ser conclusivas e premeditadas pelo conhecimento.

Consideram que uma tendência de triadização sobre os processos de integração e dos blocos regionais é inerente. Ainda, a preservação do nacionalismo e das culturas locais, uma vez que a cultura popular global tende a ser desgastada por atribuírem pouca referência à realidade local.

Concepções céticas permeiam considerações sobre a improvável diluição da soberania dos Estados, e questionam a realidade da globalização.

“O que é o global na globalização?” (Hirst: 1997, pg. 73)

“Sem referenciais geográficos claros, como é possível destingir o internacional ou transnacional do global, ou a propósito, os processos de regionalização dos processos de integração” (Held: 2000, p. 80).

O ceticismo possui raízes e fundamentos em formas de pensamento pós-marxistas ou neo-realistas. Consideram que a preservação dos Estados nacionais é impreterivelmente necessária à sustentação dos mercados. O intergovernamentalismo, e alguma forma de hegemonia nos processos de integração são indispensáveis ao equilíbrio do poder internacional, pois exercem uma força legítima sobre qualquer intenção de interferência direta em alguma soberania alheia. Impreterivelmente, as instituições de poder do Estado vão constituir a organização internacional pós-modernas, uma vez que este possui um caráter indispensável à sua sustentação e legitimidade.

Suas alegações são de que, se o moderno sistema de mercado produziu uma rede social cujo alcance se estende a todo o globo, por outro lado, a perspectiva de um One World projetado ao futuro desmente a si mesmo, se justamente no instante em que se considera sua aparente consolidação, estamos presenciando fatídicos conflitos nacionalistas e movimentos separatistas permeando o globo.

Ao mesmo tempo, os céticos reconhecem a importância de mecanismos de organização internacional consistentes, como as entidades dos acordos de Bretton Woods, uma vez que este possui igualmente um caráter indispensável para o bom andamento e regularização dos processos de integração e regionalização. Estão de acordo de que estas instituições podem exercer um caráter diretivo sobre os campos econômicos e sociais, mas frisam seguramente que o poder de gestão sobre estes organismos pertence unicamente à responsabilidade das autoridades políticas dos Estados Soberanos.

Quanto mais as nações e os movimentos nacionais se projetam ao passado e começam a reivindicar tradições que foram historicamente desfiguradas, a formação nacional tende cada vez mais a erradicar as correntes culturais, étnicas e racionais carregadas de uma suposta qualificação de referência universal.

As estruturas que dão forma à nação, produzida a partir de vários elementos tais como a língua, a geografia, as tradições culturais e normas jurídicas, que personalizam a fidelidade na confiança no sistema de organização local. O espaço social e histórico dos sistemas mercantis, por sua vez, seria impassível de desassociar-se do plano regional, mesmo que consideremos incorporações em distantes realidades espaço

temporais. O Estado nacional deve manter-se como um Estado mercantil, diretamente relacionado ao sistema de organização vigente.

O nacionalismo possui aqui um caráter conservador, considerando que a nação presente no local é causadora da própria existência do Estado-nação. As relações entre as nações criam inerentemente uma situação de desequilíbrio de forças e poder. Sobre eles, a soberania exerce uma forma legítima e democrática do uso do poder no âmbito das relações internacionais.

Uma forte crise da soberania dos Estados implicaria que outros que não pertencem à realidade da nação local possam aspirar e concretizar alguma forma de colonização ou uso de poder de força, e se estabelecerem de forma hierárquica dentro de algum território alheio, seja por dominação esclarecida ou por alguma forma de dependência.

2.3.2. O Globalismo

Esta segunda vertente sugere que a fluidez dos processos de integração entre as nações será gradativo e, ao contribuírem para os avanços nos sistemas de cooperação e as riquezas culturais nos contextos sociais locais, tendem a serem intensificadas em todos os ambientes, políticos, étnicos, culturais, etc.

“Ao fazer desaparecer as limitações do espaço e do tempo nos padrões de interação social, a globalização cria a possibilidade de novas formas de organização social transnacional, como por exemplo, as redes de produção e regimes reguladores globais” (Held, 2000, pg. 59).

A divisão internacional do trabalho reflete em grande as intenções nos conceitos dos chamados globalistas, ou do próprio globalismo em si. Seus progenitores reconhecem que a intensificação da exploração de qualidades intrínsecas ao meio local é inerente à constituição das organizações pós-modernas. A intensificação de um poder de gerenciamento global deverá contribuir para estabilizar o futuro regimento desta organização, uma vez que o poder da sociedade civil se estende a instâncias internacionais e globais, fora do alcance estatal.

Nesse contexto os Estado-nação são cada vez menos capazes de regular suas economias e influenciar as políticas econômicas que se mundializaram. Também é correto afirmar que o capitalismo nasceu e firmou-se por um interesse comum internacional, ou mesmo que por alguma forma de imposição democrática, e sua própria lógica de acumulação promove impreterivelmente a transgressão das fronteiras. Na medida que o mercado opera mais livre de controles, a interferência dos Estados nacionais sobre a seu processo instigaria uma degradação do seu progresso, que num futuro previsível pode chegar a minar as bases legítimas da atuação do Estado democrático.

Os mesmos reconhecem que o surgimento de uma cultura popular global não é apenas derivada de uma promoção econômica e cultural externa, ou mesmo de alguma forma impostas das extensões dos berços culturais nacionais e locais, e sim resultante de um desgaste de identidades culturais fixas locais. A contrário dos cétricos, reconhecem que suas extensões vão além da crença de que os costumes locais representam referencia fiel à realidade natural do meio local.

No campo político, o globalismo coloca que a luta por zonas de influência e supremacia mundial entre as forças econômicas nacionais tiveram de romper suas antigas roupagens em prol do desenvolvimento mercadológico. As grandes áreas econômicas sob controle nacional procuram estender-se de economias nacionais a extensões transnacionais. Esse movimento de intensificação de interação entre o local e distantes extensões por várias vias de interesse mútuos, de nenhuma forma podem impulsionar uma reclusão social interna, como sugerem os cétricos, pois isso seria uma contradição em seus próprios termos.

As transformações sociais e os processos de integração são movidos basicamente pela inerente necessidade de expansão dos mercados derivados da ordem capitalista de produção. O desenvolvimento tardio, industrial e humanitário, não devera proporcionar em nenhuma instância uma ordem pós-moderna que manifeste um decréscimo considerável sobre as disparidades entre sul norte, ou mesmo das conhecidas disparidades sociais e internacionais históricas.

Portanto, se não há uma maneira evitável que o processo de globalização econômica enfrente conseqüências negativas relativas às disparidades dos poderes de influência econômicos e políticos entre Estados, e que pode ser agravada, frisam que ao mesmo tempo contribuem para a prosperidade da economia mundial como um todo.

2.4. Uma análise crítica

As afirmações de ímpeto organizacional regentes na idade contemporânea ocorreram nos períodos de maior expansão financeira do capitalismo ocorrido nas últimas décadas, e estão intimamente associadas às mudanças na configuração espacial dos processos de integração em escala mundial.

Dos aspectos regulatórios deste sistema encontramos certas dicotomias associadas ao choque entre as regentes organizações locais estendidas ao âmbito internacional. São referentes a condicionalidades e adaptações na implementação de sistemas regentes na organização local provenientes de contextos locais, o mesmo distintos das localidades naturais, com um caráter especificamente transnacional. Aspectos como adequações trabalhistas, flexibilidade ou rigidez das organizações, a formalização ou informalização dos meios de comunicação, transformar, modernizar ou sustentar os métodos de produção próprios, incorporar novos ou sustentar antigos atores, por exemplo.

O debate não possui soluções, senão vias onde poderia ser de uma melhor forma interpretada e disseminada sua aplicação. De toda forma, as decisões políticas não estão ainda submissas a nenhuma forma gestão global com poder de força, e por enquanto devemos estar atentos e concentrados em analisar e perceber que legitimidade, ou que formas de desenvolvimento sustentável podem realmente ser encontradas na nova ordem internacional e nas suas instituições gestoras.

2.5. Modernidade

“A revolução tecnologia da informação tem sido instrumental ao permitir a implementação de um fundamental processo de reestruturação do sistema capitalista de 1980 adiante”.(Castells: *The Rise of the Network Society*, 2000, pg. 28)

Os diferentes poderes de atuação do Estado e das corporações internacionais estão diretamente associados às transformações culturais. O papel político e representativo do Estado, em especial o monopólio de poder do uso da força e de regulamentação institucional no que tangem os sistemas democráticos, refletem a priori um modo de organização de interesse comum social. As corporações, por sua vez, seriam encarregadas de contribuir para o desenvolvimento técnico e material dos meios

de produção e da difusão dos meios de comunicação, e contribuem para estimular o bem estar social.

Segundo Skinner as “teorias do Estado moderno tendem a traçar um nítido contraste entre o poder dos Estados e o poder do povo.” (Skinner: 1989, ref. Held 2000, p. 80)

2.6. Nacionalismo e Etnia

Os movimentos separatistas referidos anteriormente estão claramente relacionados a questões étnicas e nacionalistas. As conseqüências de uma compressão tempo espacial sobre globo colocam em choque civilizações, povos seus valores específicos. Como abordado na questão do poder, até que ponto a interferência de um sobre o outro pode ser de alguma forma legitimada?

“O nacionalismo é um projeto político e, em termos históricos, bastante recente. Ele afirma que os grupos definidos como nações tem direito de formar e devem formar estados territoriais do tipo que se tornou padrão desde a revolução francesa... O nacionalismo é uma palavra vazia. Na prática, o projeto geralmente significa exercer o controle sobre uma faixa territorial tão contínua quanto possível, com fronteiras claramente definidas e habitada por uma população homogenia, que compõe seu corpo essencial de cidadãos”. (Hobsbwam: Um mapa da Questão Nacional, 2000, p. 273)

A nação possui um significado intrínseco de distinções entre povos, não necessariamente com um sentido político, mas com uma conotação de modelagem da comunidade e suas origens. Uma cultura e uma história comuns de um Estado constituem por sua vez uma nação. A nação identifica elementos caracterizantes dos Estados, em campos políticos, étnicos e culturais. A construção dos conceitos de soberania e legitimidade dos povos tem, portanto, um vínculo direto com a criação dos conceitos de nações diferenciadas, ou seja, entre nós e eles.

“A etnia, seja qual for, não é programática e muito menos constitui um conceito político... é um modo prontamente definível de expressar um sentimento real de identidade grupal que liga os membros do nós, por enfatizar suas diferenças ao eles”. (Hobsbwam: um mapa da questão nacional, 2000, p 275).

Uma etnia é um reconhecimento comum das origens e da identidade de um povo. Por sua vez, o nacionalismo contém uma consciência de interesses comuns derivados de uma determinada nação. Podemos tirar como conclusão deste conceito que as forças de atuação internacionais devem ter em mente procurar uma aplicação normativa global direcionada especificamente a cada um destes componentes regionais em específico. Ou seja, o poder de intervenção dos Estados ou de órgãos diretivos internacionais não podem derivar apenas respeito quanto aos Estados e às suas etnias próprias, mas também quanto aos interesses políticos em comum. Este, por fim, foi o interesse da constituição dessas organizações no primeiro momento.

CAPÍTULO III

ESTADO NACIONAL E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

No período de firmação do capitalismo logo após a guerra fria, os Estados nacionais tiveram grande autonomia sobre as decisões relativas a reorganização do mercado internacional, sem necessariamente estarem submissos a nenhuma forma de organização internacional que fosse capaz de zelar pelas prioridades externas e pelo bem comum. Neste período, o Estados soberanos foram os atores determinantes sobre todo o processo de estabelecimento de normas sobre o funcionamento do mercado, que se estendem até a idade contemporânea.

3.1. O papel do Estados Nacionais

No período que antecedeu o processo de grande liberalização econômica, o Estado nacional era o ator responsável por subsidiar e promover a produção interna, assim como estimular e coordenar os acordos corporativos, e reservavam para si os direitos de taxaão, alfandegários, e autonomia quanto as decisões sobre seu regime cambial. Com a expansão do mercado transnacional, essa capacidade reguladora dos Estados vem progressivamente perdendo autonomia. O novo contexto conta com uma atuação mais significativa de atores internacionais não governamentais, que ganham igualmente maior autonomia e influência, uma vez que a atuação do Estado demonstra-se ineficaz em diversos setores.

Considerando o avanço dos processos globais de integração regional e a liberalização econômica, até que ponto a intervenção dos estados soberanos nos processos de expansão do mercado será efetiva e legitimada?

A liberalização econômica propiciou uma maior autonomia ao mercado, que tende a estender para além da região com a qual não possui mais um vínculo produtivo em local fixo, assim como liberar-se dos mecanismo de controle do Estado. Os investimentos na produção interna vieram paulatinamente deixando de fazer parte da função do Estado, uma vez que não estão mais submetidos a necessidade de incentivos

fiscais e subsídios governamentais, quando são crescentemente apoiados pelos investimentos internacionais. O desvenciliamento corporativo da dependência governamental é consequência do desenvolvimento do mercado, sendo este um componente estrutural do avanço do capitalismo.

“Os governos nacionais tiveram de buscar políticas econômicas que as forças do mercado global permitem, ou exigem, que se acredita, possam estimular a competitividade nacional e manter o crescimento econômico e o nível de emprego, se possível, compensando os que saem perdendo no processo”. (Leys, Colin, 2004, pg. 42)

Notavelmente o poder de intervenção do Estado torna-se mais ameno, uma vez que o capital, a fonte de riqueza e da força produtiva interna, esta concentrado nas corporações, no sistema financeiro privado e nos consumidores em extensões transnacionais.

3.2. As Organizações internacionais

Se por um lado, as recentes instituições internacionais de Bretton Woods contribuíram para o estabelecimento de diretivas na ordem internacional, sua atuação imediata apresentou uma modesta eficácia, uma vez que grande parte dos meios de produção estavam submetidos ao controle dos Estados soberanos. No entanto, a atenção sobre diversos interesses comuns ao longo do tempo impulsionou a maior presença destas entidades nos processos decisórios.

“O poder regulador do Estado Expandiu-se durante toda a era moderna, criando sistemas de governo unificado nos territórios demarcados, nos tipos de formulação e imposição de leis, da capacidade bélica concentrada, do desenvolvimento da diplomacia”. (Held, 2000, p. 26)

Que organismo seria responsável, por exemplo, por defender os direitos humanitários nas plantações de cacau na Costa do Marfim que utiliza trabalho infantil na sua produção. As organizações da sociedade civil possuem um caráter apolítico, neste caso, em relação aos Estados, abrangendo de uma forma internacionalizada de atuação, procurando o respeito humanitário onde seriam incapazes de intervir.

Estendem-se ao gerenciamento democrático de grupos e atividades internacionais sem transgredir a estrutura federalista.

O papel das instituições internacionais tomaram grande dos papéis representados pelos Estados. Uma breve análise das instituições mais relevantes demonstra claramente este fato.

3.2.1 A ONU

Tem como objetivo geral zelar pela segurança e desenvolvimento das organizações internacionais. Na Carta de São Francisco, em 1945, acordo que criou a organização, proíbe o uso unilateral da força, prevendo apenas sua utilização individual ou coletiva, se destinadas ao interesse comum da organização.

3.2.2 A OIT

Busca uma proteção internacional aos trabalhadores, de forma a estabelecer políticas comuns de proteção laboral, remuneração digna, formação profissional, aumento do nível de vida, elaboração de medidas socioeconômicas, proteção da infância, sistema de saúde.

3.2.3 A OMS

Destinada a promover avanços na área de saúde, elaborando estudos acerca do combate de epidemias, normas internacionais para produtos farmacêuticos, alimentícios, avanços na área de nutrição, questões sanitárias, de higiene, habitação, saneamento básico.

3.2.4 A UNESCO

Tem como objetivo contribuir com a educação, ciência e cultura. Fazer respeitar a justiça, a lei, respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais, eliminar o analfabetismo, melhorar o ensino básico, promover publicações e participar de debates sociocientíficos.

3.2.5 O FMI, BIRD E BID

Contribuir com recursos financeiros aos países em determinadas condições, concedidos sob diferentes critérios em cada uma das organizações. O FMI visa reduzir desequilíbrios na balança de pagamentos e promover estabilidade ao sistema monetário. O BIRD e o BID, em âmbitos mundiais e americanos em específico, financiam a reconstrução e o desenvolvimento em caráter mais emergencial, assim como projeções a médio e longo prazo.

3.2.6 A OMC

Foi criada ao final da Rodada Uruguai, sendo formalizada pelo Acordo de Marrakesch, tomando a posição até então exercida pelo GATT. Busca impulsionar a liberalização do comércio e combater práticas protecionistas, sistematizar as negociações tarifárias e favorecer o multilateralismo e o dinamismo sustentável do comércio entre países.

3.3. A integração regional

A diluição do poder do estado é facilmente percebida quando interesses externos mútuos nos processos de integração sobrepõe os mecanismos de controle nacional. Como exemplo, um Estado como o Brasil, membro do bloco MERCOSUL, não poderá estabelecer um acordo alfandegário com a China, apenas em acordo com seus interesses comerciais internos. Esse processo decisório se estende aos tratados estabelecidos com os demais membros do bloco, quanto a sua política interna nas transações com demais entidades externas.

Com o desaparecimento das fronteiras, os Estados Nacionais deixaram de ser a unidade institucional mais expressiva, uma vez que a intervenção protecionista do Estado na atividade econômica não combina com os processos de agregação do mercado.

Os ganhos oriundos dos processos de integração e do comércio refletem-se em crescimento econômico e bem estar social, quanto as níveis de emprego e oportunidade de negócios. As restrições comerciais, em prol de defender uma posição

desfavorável dos países emergente, mudaram perspectiva, uma vez que se torna interessante expandir seu mercado especializado.

3.4. A União Européia

Apenas como ilustração, farei uma breve compilação do sistema integrado do bloco europeu, que contem certamente a maior e mais expressiva atuação de entidades internacionais atuando sobre os processos decisórios dos Estados nacionais.

No período de maior ascensão das organizações internacionais, especialmente as relacionadas apenas a este bloco, a Europa encontrava-se numa situação de desordem, em um período de reconstrução pós guerra, com estruturas econômicas e industriais debilitadas, e trocas comerciais internacionais bastante reduzidas.

A integração econômica e política entre os Estados Membros da União Européia estabelecida No tratado de Maastricht implicam que estes países deverão tomar decisões em conjunto sobre inúmeras questões. Por conseguinte, desenvolveram políticas comuns numa vasta gama de setores, desde a agricultura a legislações de concorrência do mercado, da preservação do ambiente, da cooperação industrial, da distribuição comunitária de bens de consumo, dos meios de transporte, do regimento interno do comércio comum, dentre vários.

“A dinâmica da integração européia não se produziu simplesmente pela aplicação de mecanismos que permitissem uma liberalização relativamente rápida do comércio, mas do êxito na medida em que fosse realizada uma cautelosa seleção de setores ou esferas a serem integradas”. (Leon E. Bieber, 1994, p. 24)

A União Européia se assenta no princípio de democracia e do Estado de direito. Não se trata, mesmo possuindo legítimo poder sobre o processo decisório, de um novo Estado que pretenda substituir os seus Estados membros.

Os seus membros delegam soberania em instituições comuns que representam os interesses de toda a União, em questões de interesse comum. O bloco é basicamente gerido por cinco instituições principais: o Parlamento Europeu, eleito pelos cidadãos dos Estados membros, o Conselho da União, composto pelos governos dos

Estados membros, a Comissão Europeia como um órgão executivo, o Tribunal de Justiça como legislativo e o Tribunal de Contas do orçamento da União. Este sistema é ainda completado por vários comitês, agências e organismos.

A integração europeia é a instância de aglomeração regional mais integrada em termos gerais, desde um mercado interno com uma moeda única as políticas decisórias comuns.

CONCLUSÃO

O preço de uma ligação de telefone de NY para Londres caiu de US\$ 250 por minuto, em 1930, para centavos, em 1990. Nas rádios de uma pequena cidade no México, assim como em uma sala de estar França, é possível ouvir uma mesma música brasileira internacionalizada via meios de comunicação.

Conclui-se este trabalho chamando a atenção para a imensa disseminação da cultura e da informação pelo globo, em eminente progresso nas relações internacionais voltadas para o futuro. A internacionalização econômica, cultural e dos estilos de vida deve ser debatida com clareza, uma vez que estão diretamente associadas aos novos paradigmas das relações sociais internacionais. Diversos autores têm chamado a atenção para o descolamento provocado pela globalização e integração nas esferas culturais, políticas e econômicas, no real funcionamento do mercado contemporâneo, da autonomia das corporações e do seu desvenciliamento da regulamentação política e do controle estatal. Como deverá ser organizado e normatizado este novo processo, tanto pelos Estados como pelas entidades internacionais?

Mesmo que uma regulamentação concreta não seja proveniente apenas destas entidades, submetemos as organizações sociais às leis do sistema de acumulação de capital e das suas formas de expansionismo. As corporações multinacionais passam a ter uma expressiva influência sobre as decisões governamentais, reduzindo a autoridade nacional e necessidades políticas de organização social.

O avanço dos processos de integração, nas relações entre Estados e instituições, não tem evoluído na ausência de tensões e contradições. Os direitos e deveres e a responsabilidade quanto ao desenvolvimento social deixaram de estar submissos ao papel reservado do Estado, e passaram a ser regidos por um sistema normativo mercadológico internacional, aos quais estão verdadeiramente submetidos.

As transformações decorrentes do movimento de internacionalização contribuíram para o desenvolvimento do processo de democratização em níveis globais, tanto quanto a autonomia das instituições de organização da sociedade civil e não governamentais como da divisão de forças entre as maiores corporações. Os atores estão assim instigados a uma regularização falível, a um sistema de normas internacionais pouco ativa na determinação legítima dos direitos e deveres dessas instituições.

O recorrente conflito histórico Norte-Sul é um elemento preponderante nas decisões sobre o poder e o futuro das organizações internacionais. Deve-se também ressaltar que suas disparidades dão origem às diversas apresentações de crises e incompatibilidades entre os sistemas, e as divergências políticas e dos processos de transição. O transnacionalismo do mercado, em muitos casos, se opõem às necessidades de desenvolvimento interno dos países emergentes e interesse interno comum alheio as forças dos Estados nacionais. Estamos envolvidos por uma forma de desenvolvimento que se propõe a sustentar o respeito aos direitos humanos e de segurança ambiental, e conscientes de como serão prejudicados todos, sem exceção, pelas falhas deste programa político.

A idéia de governabilidade global tem encontrado muitas resistências. Apesar das tendências à constituição de uma função pública transnacional, o Estado nacional/regional continua sendo a instância central da legitimação do poder de organização, e o foco da confiança dos povos e das demandas da população.

A globalização tem provocado a disseminação de movimentos democráticos, pluralistas e progressistas, sugestivos quanto a possibilidade de alternativas às organizações pós-modernas. A noção de governança global não pode ser confundida com a idéia de um governo global de caráter centralizado. Trata-se antes de um sistema global de governo e tomada de decisões envolvendo os atores atuantes no cenário internacional, com um caráter e forma democráticos.

Um capitalismo da informação global parece oferecer terreno mais favorável a flexibilidade dos movimentos sociais do que o capitalismo de mercado internacionalizado, com fora regente outrora. A influência dos movimentos transnacionais no âmbito nacional e internacional disseminam os valores e princípios organizacionais e o choque entre eles. Os avanços nas tecnologias de informação e seus reflexos são incorporados e recorrentes práticas sociais e nas ações cívicas. A transmissão em massa de informação tem tido uma grande utilidade no combate a efeitos negativos da globalização, na esfera do conhecimento e da integridade cultural, porem ainda muito pouco eficaz na participação em políticas de desenvolvimento econômico, social e humanitário.

Deve-se lembrar que a necessidade de regulação política global não significa perda de significado do Estado nacional. Cabe ainda aos Estados nacionais promoverem o desenvolvimento econômico e político, as iniciativas de socialização

global, além de fazer maiores exigências da organização civil, que vêm reforçar a identidade e interesses nacionais, ao menos enquanto não surgem expressivas identidades internacionalizadas ou alternativas.

A expansão das ONGs internacionais pode ser vista como ponto de partida para orientar as políticas globais (ou que excedam o âmbito puramente nacional) e também como núcleo para o surgimento de uma sociedade civil mundial, mais presente e atuante. São os paradigmas que exigem novas instâncias de decisão.

Surgem novos cenários, e com eles tomamos atenção da importância de políticas e organização em âmbito internacional, em respeito às ameaças sobre o meio ambiente, os perigos da internacionalização desigual do mercado, as crescentes desigualdades sociais, a preservação dos direitos humanos e do respeito cultural entre as nações. Estamos incumbidos de proporcionar as próximas gerações uma modernizada nova ordem mundial, que se proponha a respeitar os direitos humanitários, diminuir os riscos impostos pelo capitalismo e a internacionalização, e qualificar as organizações civis a sustentar a igualdade e a paridade nas oportunidades para seus povos e comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIEBER, Leon E.. *O MERCOSUL e a comunidade européia: uma abordagem comparativa*, Porto Alegre: UFRGS/ICBA, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *The Rise of the Network Society*, Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- _____. *The Power Of Identity*, Oxford: Blackwell Publishers, 2000
- GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*, trad. Raul Fiker, São Paulo: Fundação Editora da UNEP (FEU), 1991.
- _____. *A terceira via e seus críticos*, trad. Ryta Vinagre, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *A transformação da intimidade*, trad. Magda Lopes, São Paulo: Fundação Editora da UNEP (FEU), 1992.
- _____. *A terceira via*, trad. Maria Luiza X. de A. Borges Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Modernidade e identidade*, Trad. Plínio Dentzien , Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- HABERMAS, Jurgen: *Um mapa da questão nacional*, Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- HELD, David; McGrew, Anthony. *Prós e contras da globalização*, trad. Vera Ribeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- HELD, David. *Political Theory Today*, Cambridge: Polity Press, 1995.
- HIRST, Paul: *The global economie, myths and realities*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- HOBERSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *The Invention of Tradition*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. *Um mapa da questão nacional*, Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- SKINNER, Q. *The foundation of modern political thought*, vol. 2, Cambridge: Polity Press, 1989.
- THOMPSON, G. *Globalisation in Question*, Cambridge: Polity Press, 1996.
- COLIN, Leys, *Os efeitos benéficos da globalização*, trad. Maria Beatriz de Medina, Rio de Janeiro: Record, 2004